

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE EMAS
Gabinete da Prefeita

PROJETO DE LEI Nº 20/2009
CÂMARA MUNICIPAL DE EMAS
"Casa Manoel Dias Neto"
 Favorável Contrário
Emas - PB 16 de Dezembro de 2009
José Sílvia
Pres. Geral

Cria o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Emas PB, e dá outras providências

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a Criação do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município de Emas-PB e estabelece normas gerais entre a União federal por intermédio do Ministério das Comunicações e o Município de Emas-PB, através do processo nº 53000.051102/2007.

Art. 2º O Telecentro Comunitário é um espaço público provido de computadores conectados à Internet em banda larga, onde são realizadas atividades, por meio do uso das TICs (tecnologias da Informação e Comunicação), com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

Art. 3º O Conselho Gestor do município de Emas-PB tem a função de acompanhar e observar as atividades realizadas a sugerir melhorias na organização e utilização da unidade.

CAPÍTULO II

Art. 4º A finalidade do Conselho Gestor é estabelecer as regras de funcionamento e uso do espaço do Telecentro, apontando os rumos futuros, incentivando o exercício pleno da cidadania e dando ferramenta para que a comunidade se desenvolva social e economicamente.

Seção II

Das Obrigações do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário

Art. 5º O Conselho Gestor tem por obrigações básicas:

- I- Realizar a gestão do Telecentro;
- II- Guiar todo o processo de começar o Telecentro e, em longo prazo, assegurar seu contínuo funcionamento;

- III- Ajudar na gestão e fiscalização do Telecentro;
- IV- Organizar o uso do Telecentro pela comunidade;
- V- Assegurar que todas as atividades oferecidas pelo Telecentro sejam abertas para qualquer pessoa da comunidade sem a necessidade de ser sócio ou filiado a partidos políticos, associações, entidades ou organizações de caráter associativo, religioso, de defesa de direitos, etc;
- VI- Assegurar que o uso dos equipamentos de Telecentro seja de livre acesso à comunidade, sem nenhuma restrição, desde que garantidos horário e espaço para todas as atividades decididas pelo Conselho Gestor e a manutenção e utilização adequada dos equipamentos;
- VII- Organizar a distribuição e a recepção de inscrições para as atividades oferecidas pelo Telecentro;
- VIII- Organizar os cursos, horários e forma de atendimentos dos inscritos para este fim;
- IX- Coibir o desperdício e limitar o número de impressões por usuário;
- X- Regulamentar o uso do equipamento do Telecentro;
- XI- Realizar reuniões mensais ordinárias para avaliar o funcionamento do Telecentro, bem como receber sugestões e solicitações dos usuários;

Parágrafo único: Uma das primeiras tarefas do Conselho Gestor é identificar as necessidades de informação e comunicação da comunidade e designar instrutores e monitores que estarão mais envolvidos no começo e na gerência no dia-a-dia do Telecentro.

Seção III

Dos Princípios e Diretrizes do Telecentro Comunitário

Art. 6º O Telecentro Comunitário reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e o direito ao acesso ao Programa de Inclusão Digital;
- II- Igualdade de direitos no acesso a inclusão digital, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-lhe a equivalência entre as populações urbanas e rurais;

Art. 7º A organização do Telecentro Comunitário tem como nas as seguintes diretrizes:

- I- Participação da comunidade no acesso a inclusão digital e no controle das atividades em todos os níveis;
- II- Desenvolvimento social e econômico da comunidade;
- III- Aprimoramento da relação entre o cidadão e o poder público, para a construção da cidadania digital e ativa;
- IV- Redução da exclusão social e digital, criando oportunidades aos cidadãos;
- V- Capacitação da população e inseri-la na sociedade;

CAPITULO II

Seção I



Da criação do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário

Art. 8º Fica criado o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do município de Emas-PB, como um órgão fiscalizador e com a função de realizar a gestão Telecentro.

Art. 9º O Conselho Gestor deve reunir membros da comunidade do poder público, do corpo docente municipal das associações de moradores, enfim, deve reunir os cidadãos em torno da proposta de usar a inclusão digital para promover a inserção social da população.

Seção II Da composição do Conselho Gestor

Art. 10º O Conselho Gestor do Telecentro Comunitário – doravante denominado pela sigla CGTC, é órgão superior de proposição, fiscalização e controle social do Telecentro.

§ 1º - O Conselho Gestor está vinculado diretamente a Secretaria de Ação Social do Município de Emas PB.

§ 2º - O Conselho Gestor de Emas-PB será composto por 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes de acordo com os critérios seguintes:

- I- Sendo 02 (dois) representantes do governo, 01 (um), ligado a Secretaria de Ação Social e 01 (um) outro, ligado à Secretaria Municipal da Educação, ambos, indicados pela Prefeita Municipal;
- II- 03 (três) representantes da sociedade civil organizada, dentre representantes das entidades e organizações (Associações de Moradores, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Igrejas escolhidos bianualmente e indicados pelas próprias entidades.

§ 3º A composição da nominativa dos membros efetivos e suplentes do Conselho gestor serão oficializados mediante Decreto publicado a ser baixada pela Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 11 O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos facultada apenas uma recondução sendo o seu exercício considerado de interesse relevante, não remunerado.

1º Os membros efetivos do Conselho Gestor serão substituídos em suas funções, por motivos de falta injustificativa a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, no período de 01 (um) ano

2º Os membros do Conselho Gestor poderão ainda ser substituídos mediante solicitação com justificativa do dirigente da entidade que o representa

Art. 12 Eleito o Conselho Gestor, a cada nova gestão municipal, deverão ser indicados novos representantes empossados pelo Prefeito Municipal, ou representante indicado por ele, num prazo máximo de 10 (dez) sob a coordenação do Gestor Municipal de Assistência Social.

Seção III
Da Estrutura e do Funcionamento do Conselho Gestor

Art. 13 A diretoria do Conselho Gestor será obrigatoriamente eleita entre os seus membros e nomeada por Decreto Municipal

Art. 14 O Conselho Gestor terá seu funcionamento regido por um Regimento Interno próprio, o qual obedecerá à seguinte estrutura:

- I- Plenário;
- II- Presidente;
- III- Vice-Presidente;
- IV- Secretária
- V- Vice-secretária

Art. 15 O plenário é constituído da totalidade dos membros do Conselho Gestor, é o órgão deliberativo sobre as matérias de competências ao Conselho.

Art. 16 As atribuições do Presidente do Conselho Gestor são:

- I- Cumprir e zelar pelo cumprimento das deliberações do Plenário;
- II- Representar externamente o Conselho Gestor;
- III- Convocar, presidir e coordenar as reuniões do Plenário;
- IV- Preparar juntamente com o Secretário a ordem do dia e submetê-la à apreciação do Plenário;
- V- Fazer cumprir o Regimento Interno;
- VI- Expedir os atos decorrentes das deliberações do conselho, encaminhando-se a quem de direito;
- VII- Delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do Plenário;
- VIII- Decidir sobre as questões de ordem;
- IX- Propor grupos de trabalho e cobrar apresentação de resultados nos prazos estabelecidos;

Art. 17 Ao Vice-Presidente do Conselho Gestor compete substituir e auxiliar o Presidente no cumprimento das suas atribuições.

Art. 18 São atribuições do Secretário do Conselho Gestor:

- I- Organizar, juntamente com o Presidente do Conselho, as agendas de trabalho do Plenário;
- II- Responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Conselho;
- III- Secretariar as reuniões, lavrar atas e proceder a todos os registros relativos ao funcionamento do Conselho;
- IV- Distribuir aos Conselheiros, projetos, programas, serviços, processos, indicações, moções e expedientes diversos submetidos ao Conselho;
- V- Preparar e encaminhar aos órgãos competentes as publicações deliberadas pelo Conselho;
- VI- Responsabilizar-se pelo expediente do Conselho;



- VII- Assinar todos os expedientes da Secretaria e outros assemelhados quando delegados pelo Presidente;
- VIII- Assinar todos os expedientes da Secretaria e outros assemelhados quando delegados pelo Presidente;
- IX- Executar outras competências que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do CMAS ou pelo Plenário.

Art. 19 As reuniões somente poderão ser realizadas com a presença da maioria de seus membros em primeira convocação, ou com número a ser definido no Regimento interno, em segunda convocação


Parágrafo único: Todas as sessões do Conselho Gestor serão públicas e precedidas de divulgação

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 20 Considerar-se instalado o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário, em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de imprensa oficial do Município e sua respectiva posse.

Art. 21 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 16 de novembro de 2009


Fernanda Maria Marinho de Medeiros Loureiro
Prefeita Constitucional